

- 5 JAN 1987

Otávio Tirso de Andrade

“La vie en rose”

O grande escritor Graciliano Ramos — que conheci muito bem — era um homem implacavelmente veraz. Certo dia, um casal de amigos convidou-o para ver o filho recém-nascido. O velho Graça contemplou a criança no berço e fez um comentário sintético: “É vesgo.”

Ao surgir o Plano Cruzado I, a minha reação foi mais ou menos da mesma natureza. No primeiro artigo escrito aqui, após o 28 de fevereiro do ano passado, lembrei a frase de certa personagem de Dickens, sobre o equilíbrio orçamentário, que exprimia verdade imutável, clara e nítida como coluna grega a destacar-se no cenário barroco do palavrório vaniloquente dos economistas oficiais: o enunciado afirmava que o déficit é igual à ruína e o saldo leva à prosperidade.

Aconteceu o que eu temia. As estatísticas brasileiras de mortalidade infantil referentes a 86 aumentaram de uma unidade com o óbito do plano vindo à luz nove meses antes.

Não é preciso engendrar fórmulas em que “alfas”, “betas”, “deltas” e outras letras do alfabeto grego se entrelaçam em balé que só o Sr Mário Simonsen sabe aplaudir ou criticar, para diagnosticar a causa mortis do filho querido do presidente Sarney e da sua Nova República I: os gastos do Governo correspondiam a 1,5% do Produto Interno Bruto em 1984; dobraram em 86!

A burocracia e seus funcionários excessivos, as estatais perdulárias e o criptoestatismo integrado por supostos empresários especializados em mamar nas tetas do Governo, essa malta inumerável e preguiçosa, enfim, cevou-se livremente nas receitas tributárias e emissões incessantes, enquanto os ingênuos eram mandados fazer o papel de “fiscal do Sarney” nas prateleiras dos supermercados esvaziadas pelo tabelamento inepto. E, como se tudo isso não fosse bastante, um decreto de última hora, ao apagarem-se as luzes do ano que passou, aumentou em 25% os vencimentos dos funcionários civis e militares aos quais também ofereceu-se um décimo terceiro salário, sem haver no Orçamento qualquer provisão para a súbita e imensa despesa. Tem mais, ainda: na mesma ocasião, outro decreto, igualmente discricionário, jogou sobre a Nação o débito de 1 bilhão de dólares constituído por “usineiros de açúcar” do Nordeste, os quais, além de livrarem-se do risco cambial da dívida, tiveram o respectivo saldo convertido em cruzeiros a ser reembolsado ao Governo — ou seja, a nós todos — no prazo de 20 anos à taxa de 3% a.a.! (Por estas e outras é que não fecham o IAA nem o IBC, onde certos “industriais” de solúvel beneficium-se de doações ilegais similares às outorgadas aos “usineiros”).

Após o brilhantíssimo espetáculo de pirotécnica inflacionária acima descrito, vem o Sr. Presidente a público para ameaçar o capital privado com a ampliação do estatismo se não fizer investimentos necessários ao “desenvolvimento do país”. Ora... Sr. Presidente da República! Permita-nos observar, com todo o respeito: quem, em pleno uso de suas faculdades mentais, pode lançar-se a investimentos com o próprio dinheiro, ou com o que for buscar no mercado de capitais, sem ter a menor possibilidade de prever a intensidade da desvalorização (seria melhor escrever da evaporação) da moeda? A inflação brasileira, que o Sr. Dilson Funaro um dia anunciou ter-se tomado suíça, acabará por naturalizar-se boliviana, se a Administração Pública Federal persistir em não se tratar da epilepsia burocrático-nacionalista-estatista que a acomete.

Os brasileiros — demonstram-nos as últimas eleições — parecem não aperceber-se de uma verdade incontestável: o capital estatal não existe! Ou melhor: o que se diz “estatal” é o nosso capital surrupiado, confiscado, sugado por diversas formas em benefício de funcionários públicos ou de supostos “empresários” mantidos à nossa custa. Quando o Sr. José Sarney fala em novos investimentos “do Estado” está, portanto,

a ameaçar-nos com mais tributações e empréstimos compulsórios — que jamais retornarão — a fim de obter o dinheiro para efetua-los.

No dia em que os recursos tributários da Nação forem primordialmente ou, até, unicamente encaminhados para a saúde e a educação do povo e a defesa nacional, ver-se-á que não faltam capitais privados para fazer o desenvolvimento do país melhor do que o estatismo. Obviamente, visando a tornar o progresso ainda mais acelerado, o Brasil precisará também abrir-se a capitais de risco do exterior, não só sob a forma de investimentos diretos como, igualmente, com o aporte de tecnologia e competência gerencial.

A súcia de políticos *fainéant* que alterna o ócio em cargos públicos e nos mandatos eletivos com o exercício da advocacia administrativa é chauvinista e estatizante. Também, pudera... No dia em que houver aqui um capitalismo de verdade terá que trabalhar para ganhar o pão de cada dia.

Não é por outro motivo que defende a lei de “reserva de mercado” na informática e onde mais for possível. Não quer o progresso. O que lhe interessa é a continuação do *statu quo* para manter o privilégio de nomear a ela mesma e à infundável parentela em funções públicas que inventa sem cessar. A preservação do estatismo — em que se empenha — visa a permitir-lhe “fazer negócios” com a liberdade dos empresários privados. Mas teúdos e manteúdos pelo Tesouro Nacional, bem entendido...

A propósito, é preciso chamar a atenção da opinião pública e dos senhores constituintes para o que está ocorrendo nas Fundações de “Seguridade” (por que este espanholismo?) das empresas estatais. Os fundos da previdência social comum são constituídos, como se sabe, com as contribuições iguais dos trabalhadores, dos empregadores e do Estado. No caso das tais “Seguridades”, o mundo é muito mais sorridente. O “empregador” (eu e você, leitor...) contribui com parcelas muito superiores às da previdência “normal”. As Fundações de empregados das estatais podem, assim, dar a seus integrantes maiores aposentadorias e outros benefícios inexistentes na “previdência” comum. Não é só, porém: com a munificência em proveito próprio — e à nossa custa, pois as estatais são teoricamente nossas — as mencionadas Fundações estão, a pouco e pouco, a comprar sub-repticiamente o patrimônio das empresas que as geraram! Acha-se em curso um processo, como se vê, ao fim do qual as estatais não mais pertencerão ao Estado, mas ao funcionalismo que as integra! Um escândalo!

Na hipótese de haver algum deputado ou senador, recentemente eleito, efetivamente preocupado com a implantação da democracia no país, a primeira tarefa que lhe incumbirá será a de dimensionar, via comissão de inquérito, o tamanho do assalto em curso, perpetrado pela *Nomenklatura*, contra o patrimônio do povo brasileiro.

Não há mais espaço para alongar-me sobre o assunto. Mas gostaria de fazer uma observação, antes de terminar, a propósito do impropriedade otimismo do Presidente em seus últimos pronunciamentos. A este respeito remeto o leitor a um comentário do Conde de Marenches em seu depoimento à jornalista Cristine Ockrent publicado, recentemente, em livro intitulado *Dans le Secret des Princes*.

Diz o ilustre combatente da Segunda Guerra Mundial que, sob os governos Pompidou e Giscard D’Estaing, chefiou o Serviço Secreto francês: “Uma das raras cousas que aprendi na vida” — são suas palavras — “é que a diferença entre um homem político e um homem de Estado reside nisto: só o homem de Estado assimila (“encaisse”, no original em francês...) as más notícias. O homem político as teme.” E, mais adiante, acrescenta: “Eu não sei se ele (o homem político) vê “la vie en rose” mas, por suas promessas demagógicas e outras, ele tenta convencer o eleitorado “que la vie est rose”.

Não lhes parece oportuna a citação?

Feliz Ano Novo.